



Publicado em 15/04/2026 - 09:52

O remédio de bilhões contra o câncer que poucos conseguem pagar

Investigação revela que estratégia comercial da farmacêutica Merck para lucrar e assegurar patente do medicamento oncológico Keytruda vem dificultando o acesso de muitos pacientes ao tratamento.

Por Deutsche Welle

Aprovado para uso contra ao menos 19 tipos de câncer, o remédio conhecido comercialmente como Keytruda (pembrolizumabe), da farmacêutica americana Merck Sharp & Dohme (MSD), é vendido no Brasil por mais de R\$20 mil.

O alto valor da medicação faz com que muitas vezes ela seja inacessível para os que mais precisam não só em terras brasileiras, mas no mundo todo.

Desde o seu lançamento, em 2014, quando foi aprovado pela primeira vez pela Administração de Alimentos e Drogas (do inglês, Food and Drug Administration) (FDA) dos Estados Unidos, o remédio já prolongou a vida de milhões de pessoas, em alguns casos transformando diagnósticos anteriormente fatais em doenças controláveis. Mas nem todos os pacientes oncológicos podem contar com esse "luxo".

Uma investigação internacional conjunta publicada nesta segunda-feira (13/04) apontou que a MSD tem se utilizado de uma combinação de estratégias legais e comerciais para determinar quem tem acesso à medicação. Ou seja, a empresa decide, através de sistemas de preços, proteções de patentes e marcos regulatórios quem terá uma chance – ou não – na luta contra o câncer.

O projeto batizado de Cancer Calculus é uma iniciativa do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ), em parceria com 47 veículos jornalísticos, incluindo a DW Turquia, e investigou o que está por trás dos altos preços atrelados a um dos medicamentos mais importantes do mundo contra o câncer e que se

tornou um ponto de ruptura na saúde global.

Campeão de vendas

O Keytruda pertence a uma classe de imunoterápicos que permitem ao sistema imunológico atacar as células cancerígenas e gerou, só em 2025, uma receita de vendas de 31,7 bilhões de dólares, o que é mais ou menos 1600 bilhões em reais. Isso corresponde a quase metade da receita total da MSD.

Se contado desde a sua aprovação, esse valor é ainda maior, chegando na casa dos 163 bilhões de dólares em receita global, com 60% das vendas vindo dos EUA.

Enquanto isso, a empresa distribuiu aproximadamente 75 bilhões de dólares em dividendos aos acionistas e realizou 43 bilhões de dólares em recompra de ações.

A cifra bilionária impressiona e posiciona o medicamento como um dos maiores sucessos financeiros na história da indústria farmacêutica. O sucesso de vendas, no entanto, não foi capaz de reduzir o preço do Keytruda.

Os custos do tratamento seguem exercendo pressão crescente sobre os sistemas de saúde em todo o mundo. As despesas anuais com tratamento variam de aproximadamente 80 mil dólares na Alemanha a 208 mil dólares nos EUA, de 93 mil dólares no Líbano a aproximadamente 130 mil dólares na Colômbia e de aproximadamente 65 mil dólares na África do Sul a 116 mil dólares na Croácia. Esses valores estão sobrecarregando os orçamentos públicos, inclusive em países ricos.

Nos últimos anos, o Keytruda contou com uma expansão global bastante acelerada. De acordo com dados fornecidos ao ICIJ pelo Instituto para Ciência de Dados Humanos (Institute for Human Data Science) (IQVIA), entre 2020 e 2024, as vendas aumentaram 265% no Brasil, chegando a 753,7 milhões de dólares. Na França, o aumento foi de 232%, atingindo 2,8 bilhões de dólares; no México, de 491%, alcançando 137,3 milhões de dólares; e na Turquia, de 584%, atingindo aproximadamente 100 milhões de dólares.

Com o aumento contínuo dos preços dos medicamentos nos EUA, o presidente Donald Trump se reuniu com executivos da indústria farmacêutica em dezembro passado e prometeu reduzir os custos. Embora as empresas tenham sinalizado possíveis reduções de preços, a MSD não se comprometeu publicamente com nenhum corte no preço da medicação.

Pesquisas no Reino Unido mostram que, em alguns casos, o Serviço Nacional de Saúde (NHS) paga um valor excessivo pelo Keytruda. Um estudo constatou que, para alguns pacientes com câncer de pulmão, o valor pago pelo medicamento chegou a ser cinco vezes maior do que seu custo-benefício.

Preços, patentes e poder

O projeto Cancer Calculus revelou que a MSD utilizou uma combinação de estratégias legais e comerciais para manter sua posição dominante.

Um dos aspectos mais importantes é o uso extensivo do sistema de patentes. Jornalistas identificaram pelo menos 1.212 pedidos de patente relacionados ao Keytruda em 53 jurisdições diferentes. Desses, 88 são no Brasil.

De acordo com a investigação, embora as principais patentes do medicamento devam expirar em 2028, as patentes de continuação podem estender o monopólio de mercado até pelo menos 2042. Isso poderia atrasar a entrada de alternativas mais baratas no mercado em mais de uma década.

O ICIJ também identificou pelo menos 337 pedidos de patente "pendentes". Se concedidos, esses pedidos poderiam ampliar ainda mais o domínio do medicamento.

Para especialistas do setor, a situação é vista como uma "fortaleza de patentes" criada para sufocar a concorrência. Tahir Amin, fundador da Iniciativa para Medicamentos, Acesso e Conhecimento (I-MAK), uma organização sem fins lucrativos que examina as desigualdades no desenvolvimento de medicamentos, caracterizou a estratégia da MSD como um "esquema multifacetado de abuso de patentes" para estender seu monopólio e manter preços elevados.

A companhia rejeita as críticas e afirma que suas aplicações refletem a inovação contínua, incluindo novos casos de uso, formulações e combinações.

A investigação também expôs processos regulatórios e esforços de lobby que ajudaram a expandir o uso do medicamento, bem como relações financeiras estabelecidas com médicos e grupos de pacientes. Somente nos EUA, os registros mostram que a MSD repassou aproximadamente 52 milhões de dólares a profissionais de saúde entre 2018 e 2024 em pagamentos relacionados ao Keytruda.

Um estudo realizado nos EUA para o Escritório Nacional de Pesquisa Econômica (National Bureau of Economic Research) constatou que a prescrição de medicamentos oncológicos administrados por médicos, como o Keytruda, aumentou 4% nos 12 meses seguintes ao recebimento de financiamento de uma empresa farmacêutica por um profissional de saúde.

Quanto a isso, a MSD afirma que essas colaborações ajudam a informar a comunidade médica e melhorar o atendimento ao paciente, e que qualquer apoio fornecido às organizações de pacientes é independente das decisões de prescrição.

Um outro ponto controverso diz respeito à dimensão dos custos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) do Keytruda. Em seu depoimento perante o Congresso em 2024, o CEO da MSD, Robert M. Davis, afirmou que a empresa investiu 46 bilhões de dólares entre 2011 e 2023 na pesquisa, desenvolvimento e produção do medicamento. Davis citou mais de 2.200 ensaios clínicos e indicou planos para investir outros 18 bilhões de dólares em estudos futuros.

No entanto, uma análise da ONG suíça Public Eye estima o custo de pesquisa e desenvolvimento do medicamento em aproximadamente 1,9 bilhão de dólares - 44 bilhões de dólares a menos do que o informado. Esse custo representa cerca de 1% da receita global gerada desde o lançamento do medicamento. Mesmo incluindo os custos dos ensaios clínicos malsucedidos, essa estimativa sobe para apenas 4,8 bilhões de dólares, ou cerca de 3% da receita total.

Preços exorbitantes, falta de transparência

Os preços de tabela do Keytruda variam bastante. Na Indonésia, um frasco do medicamento (100 mg) custa aproximadamente 850 dólares, enquanto nos EUA esse valor ultrapassa os 6 mil dólares. Essa diferença é resultado de um sistema de preços pouco transparente, caracterizado por descontos ocultos e negociações.

Mesmo onde os preços parecem mais baixos, a acessibilidade costuma ser pior. Nos EUA, um paciente com renda média pode pagar menos de cinco doses por ano. Em contraste, na África do Sul, uma pessoa com renda mediana não consegue pagar nem mesmo uma única dose (200 mg) por ano. Isso revela que as disparidades de renda, e não apenas o preço, são fatores determinantes para o acesso.

Segundo a análise do ICIJ, baseada em parte em dados do Instituto Nacional de Saúde Pública da Áustria, pessoas com renda média nos EUA têm menos condições de comprar Keytruda do que aquelas em alguns países da Europa Ocidental, como França e Bélgica. O medicamento é ainda menos acessível em países de baixa renda da Europa Oriental, como Bulgária e Hungria.

Na Índia, o acesso depende em grande parte de pagamentos diretos ou de programas de apoio limitados. Os custos do tratamento podem exceder a renda anual de um paciente, restringindo o acesso a uma pequena parcela da população.

O estudo também revelou casos em que a oferta limitada obrigou os médicos a tomar decisões entre a vida e a morte. Um oncologista na Guatemala disse que teve de escolher quais pacientes receberiam tratamento e que se sentia como se estivesse "brincando de Deus".

Desde o lançamento do Keytruda em 2014, o ICIJ identificou pelo menos 632 casos em 51 países em que pacientes tentaram arrecadar dinheiro para o tratamento por meio do GoFundMe e outras plataformas de financiamento coletivo. Em alguns casos, os pacientes recorreram ao mercado ilegal, arriscando-se a adquirir medicamentos falsificados. Outros entraram com ações judiciais contra governos. Alguns morreram antes que seus casos fossem resolvidos.

Uma característica comum se destaca em todos os países: o sigilo. Em alguns países, as autoridades se recusam a divulgar os gastos públicos ou o número de pacientes relacionados ao Keytruda, frequentemente alegando "segredos comerciais". Isso dificulta a comparação de preços e a avaliação da equidade dos sistemas de saúde.

Keytruda no Brasil

O alto custo dos medicamentos contra o câncer levou a um aumento repentino de processos judiciais no Brasil. Nos últimos anos, milhares de ações judiciais foram movidas por pacientes que buscam acesso ao tratamento por meio de ordens judiciais.

De acordo com o Poder 360, veículo brasileiro que participou da apuração, o Keytruda corresponde ao medicamento com mais judicializações em território nacional, com 6,7 mil ações em instâncias estaduais e federais e 4,6 mil pareceres técnicos emitidos pelo Judiciário.

Essa também é a tendência em toda a América Latina, onde sistemas jurídicos se tornaram um caminho crucial para o acesso ao tratamento.

No Brasil, porém, pode ser que essa realidade mude em breve. No final de março deste ano, o governo brasileiro anunciou uma parceria estratégica para a produção do pembrolizumabe pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A ação prevê a transferência de tecnologia da MSD para o Instituto Butantan, fomentando a produção nacional do medicamento, o que deve permitir a ampliação da quantidade de tipos de câncer atendidos pelo tratamento na rede pública de saúde. Atualmente, o Keytruda só é receitado no tratamento de melanoma. No futuro, o medicamento pode vir a ser utilizado, também, contra os cânceres de mama, pulmão, esôfago e colo do útero.

Além disso, a produção própria deve reduzir o custo do produto no mercado nacional, tornando-o mais acessível para tratamentos oncológicos.

Debates sobre dosagem e aumento de custos

A investigação internacional também levantou questões sobre como o medicamento é prescrito. Alguns pesquisadores argumentam que o Keytruda é frequentemente administrado em doses maiores do que o necessário.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que a simples mudança para a dosagem baseada no peso para pacientes com câncer de pulmão poderia gerar uma economia de aproximadamente 5 bilhões de dólares em todo o mundo ao longo de 15 anos.

Em muitos países, os hospitais já começaram a testar doses mais baixas, com os resultados iniciais apontando para níveis de eficácia semelhantes, como em Singapura, Malásia e Taiwan. Alguns países, incluindo Holanda, Canadá e Israel, começaram a adotar um sistema em que a dose é determinada de acordo com o peso do paciente e obtiveram resultados promissores.

A MSD, no entanto, argumenta que suas recomendações de dosagem são baseadas em evidências clínicas abrangentes e aprovações regulatórias.

MSD: Os preços refletem o valor

Ao ser contata pelo ICIJ, a MSD defendeu sua estratégia de preços, afirmando que o preço do Keytruda "reflete seu valor para pacientes e sistemas de saúde".

A empresa também afirmou que o acesso a medicamentos é uma questão "multifacetada", dependendo não apenas do preço, mas também de muitos outros fatores, como sistemas de saúde, políticas de reembolso e infraestrutura.

A MSD confirmou que aplica preços variados em diferentes mercados e mantém programas de apoio ao paciente. A farmacêutica também observou que participa ativamente de programas para aumentar o acesso a medicamentos em países de baixa e média renda. Nos EUA, a empresa relatou ter fornecido 1,7 bilhão de dólares em medicamentos gratuitos e oferecido aproximadamente 125 milhões de dólares em apoio a copagamento, ou coparticipação, em 2024.

A companhia também enfatizou que fatores sistêmicos mais amplos, como seguradoras e intermediários, estão entre as principais causas dos altos custos, particularmente nos EUA.

Embora a empresa não divulgue publicamente como calcula os custos de P&D para medicamentos individuais, ela afirma que os preços refletem investimentos e riscos de longo prazo em todo o seu portfólio.

A MSD também declarou que reconhece as crescentes "pressões políticas e comerciais" em relação a preços e acesso, principalmente em mercados em desenvolvimento, e que está trabalhando para tornar a assistência médica mais "acessível, eficiente, equitativa e sustentável".

Sistema global sob pressão

O estudo revela que as práticas da MSD não são exclusivas, mas refletem uma dinâmica mais ampla da indústria farmacêutica, onde a proteção de patentes, as estratégias de preços e os marcos regulatórios frequentemente favorecem os fabricantes.

As consequências, no entanto, são sentidas pelos pacientes. O acesso a tratamentos que prolongam a vida muitas vezes depende não apenas de necessidades médicas, mas também da localização geográfica, da renda e da capacidade de lidar com sistemas jurídicos e financeiros complexos.

Segundo Nasir Nesan, chefe do Departamento de Saúde Pública da Associação Médica Turca, em entrevista à DW Turquia, essas desigualdades apontam para problemas estruturais mais profundos.

Ao chamar a atenção para as regulamentações de patentes e as estratégias globais de preços de medicamentos, Nesan?r enfatizou que, embora o progresso científico seja teoricamente "para o benefício da humanidade", na prática, o poder de compra e a capacidade orçamentária nacional tornaram-se os fatores determinantes.

"Portanto, a questão não é simplesmente um debate sobre preços. Trata-se de saber se o progresso no tratamento do câncer deve ser um direito universal ou um privilégio dependente do mercado", disse Nesan?r, acrescentando: "A inovação médica deve ser vista como um ganho comum para a humanidade ou deve permanecer um ativo comercial sob proteção de patentes que aprofunda a desigualdade global? Essa é a verdadeira questão."

O resultado é uma profunda divisão global. Por um lado, o medicamento representa sobrevivência. Por outro, ainda é inacessível para muitos.

Sobre o projeto Cancer Calculus

O projeto, coordenado pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ) em conjunto com a DW Turquia e outros 46 parceiros de mídia, reuniu 124 jornalistas de 37 países. Representando o Brasil, participaram dois jornalistas do Poder 360.

Com base em centenas de entrevistas com oncologistas, pacientes e seus familiares, advogados, reguladores, farmacêuticos, profissionais da indústria farmacêutica e outros, bem como dados exclusivos de preços e análises de patentes, a iniciativa examinou como o medicamento oncológico Keytruda se tornou tanto um marco médico quanto um símbolo de acesso desigual.

Os parceiros de mídia do ICIJ também obtiveram registros de saúde pública, atas de reuniões e dados sobre preços e reembolsos por meio de pelo menos 1.018 pedidos de acesso à informação em 27 países.

Parceiros como The Indian Express, De Tijd, El País, La Nación e DW Turquia documentaram como a eficácia dos medicamentos contra o câncer varia drasticamente entre as regiões. Inúmeros exemplos foram examinados, desde hospitais obrigados a compartilhar tratamentos até pacientes que recorrem a tribunais ou campanhas de arrecadação de fundos para sobreviver.

Autor: Adriana Figueiredo, Pelin Ünker

<https://g1.globo.com/saude/noticia/2026/04/15/o-remedio-de-bilhoes-contra-o-cancer-que-poucos-conseguem-pagar.ghtml>

Veículo: Online -> Portal -> Portal G1